

Português para refugiados: aliando pragmática e discurso em resposta a uma demanda concreta

Portuguese for refugees: combining pragmatics and discourse analysis

Poliana Coeli Costa Arantes¹, Bruno Deusdará²

¹ Professora Adjunta de Língua e Literatura Alemã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora da pós-graduação em Letras na mesma instituição. Licenciada em português/alemão, mestre e doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com experiência em ensino de língua portuguesa como língua não materna na Friedrich-Schiller Universität Jena, Alemanha e bolsista CAPES/DAAD de doutorado sanduíche na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg. Coordenadora do Projeto de Extensão “Português para Refugiados”, inscrito no Departamento de Extensão da UERJ.

² Professor Adjunto de Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor da pós-graduação em Letras na mesma instituição. Licenciado em português/literaturas, mestre em Letras e doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO: O presente artigo busca salientar a importância das perspectivas da pragmática e da análise do discurso para o atendimento a uma demanda concreta originada de uma área ainda carente de estudos e pesquisas, que necessita de maior visibilidade nos contextos acadêmicos e de formação de professores, o português para refugiados (PR). Nesse contexto, faz-se uma discussão sobre as demandas e finalidades da relação que os refugiados estabelecem com a aprendizagem de português como língua não materna. Para ilustrar essa demanda foram analisados dois materiais linguístico-discursivos veiculados em suportes midiáticos no Brasil como parte das iniciativas de protesto à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Tais materiais pertenceram ao movimento “não vai ter copa!”, durante os preparativos para a copa do mundo de futebol de 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Discurso; Português para refugiados; Negação polêmica.

ABSTRACT: This paper aims to exemplify the importance of joining two areas, namely Pragmatics and Discourse Analysis, for dealing with the challenges of the brand-new area of study on teaching Brazilian Portuguese as a foreign language to refugees in Brazil. In this context, it seems appropriate to consider the demands and goals of this population when learning Portuguese as a foreign language. The analyses were based on two posters, which were published by the media as part of the materials used to report on the popular protests against the football World Cup held in Brazil in 2014.

KEYWORDS: Pragmatics; Discourse; Portuguese for refugees; Polemical negation.

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é iniciar e promover uma urgente discussão no âmbito da formação de professores de português como língua não materna com relação a um tópico comumente excluído dessa matéria nos contextos universitários e de formação de professores, o português para refugiados (doravante PR). O que motiva o presente debate é a demanda concreta que nos chegou, como professores do curso de Letras de uma universidade pública, para o atendimento de turmas de português para refugiados de diferentes nacionalidades.

Nesse sentido, buscaremos definir a formação de professores para o ensino de PR, em suas particularidades, frente à formação de professores para o ensino de PLE – Português como Língua Estrangeira (ALMEIDA FILHO, 2011, 1997; CUNHA; SANTOS, 2002; CUNHA, 2007)¹, visto que o ensino de PR emerge no cenário brasileiro como um campo de pesquisa ainda muito pouco explorado, com necessidade de ser discutido em ambientes e contextos acadêmicos de formação de professores para que sejam estabelecidas discussões próprias e direcionadas a esse campo, levantando, assim, suas próprias demandas e necessidades.

Para tanto, faremos uma breve contextualização da situação dos refugiados no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, e das necessidades linguístico-comunicativas envolvidas no processo de adaptação e acolhimento desse grupo na sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva pragmática que contemple uma concepção de trocas interculturais entre os universos sócio-culturais envolvidos.

Na sequência, faremos um debate que procura delinear alguns dos impasses e possibilidades do encontro entre análise do discurso e

pragmática. Nesse debate, destacamos particularmente o modo como esse encontro tem favorecido uma reflexão em torno da noção de texto e um deslocamento importante em termos de uma concepção pragmática de linguagem. Enfatizamos, para isso, a ideia de que todo texto pressupõe um ato que lhe dá sustentação.

Em seguida, discutiremos algumas das referências teóricas que têm fundamentado nossas pesquisas e atividades de orientação, situadas no encontro possível entre análise do discurso e pragmática. Exploraremos elementos de uma abordagem polifônica da linguagem e os articularemos com as especificidades do trabalho com PR. Nossa aposta reside justamente em compreender que uma formação na convergência entre discurso e pragmática pode oferecer as pistas que vem sendo solicitadas para a inclusão de refugiados em aulas de língua portuguesa não materna.

1 Português para refugiados: a emergência de uma área a partir de sua demanda concreta

Neste item, explicitaremos a demanda que nos chegou de atendimento a refugiados, oferecendo cursos de língua portuguesa como língua não materna. Traremos algumas informações a respeito do reconhecimento legal de sua condição e seus direitos, evidenciando as particularidades da solicitação que nos foi dirigida, bem como fundamentando a necessidade da criação de área específica de português para refugiados.

Dessa forma, discutimos um conjunto de reflexões que vimos realizando com o objetivo de contribuir para uma demanda profissional concreta: atendimento a turmas de língua portuguesa para refugiados residentes no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma demanda cujo atendimento nos motivou por diferentes razões. Em primeiro lugar, somos professores do curso de

¹ Na UERJ, existe um Núcleo de Pesquisa que trabalha com o ensino e pesquisa de português como Língua Estrangeira/Segunda Língua, o NUPPLES.

Letras, atuando na formação de professores de línguas. Em segundo lugar, como profissionais de língua materna e/ou não materna, reconhecemos certo estigma da área que sustenta um perfil de professor de língua que se pautava excessiva ou exclusivamente por uma perspectiva prescritiva. Em terceiro lugar, na qualidade de servidores públicos, entendemos que seja nossa tarefa receber as demandas concretas e dar atendimento a elas, assegurando o pleno exercício de direitos, promoção da dignidade e combate às desigualdades sociais.

Apenas para se ter uma ideia da urgência desse tipo de reflexão/atuação, atualmente há, no Brasil, cerca de 5.200 refugiados(as) de 80 nacionalidades, segundo dado do Comitê Nacional de Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça. Registre-se também que houve um aumento de mais de 800% do número de pedidos, nos últimos anos, de 566 em 2010, saltou para 5.256 em 2013. Em relação à aceitação desses pedidos, o número também aumentou: de 126, em 2010, para 649, em 2013.

A respeito da origem da demanda, essa solicitação nos chegou por meio de representantes da Cáritas Brasileira, organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que vem promovendo ações sociais em defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário a grupos sociais em situação de exclusão. Em seu estatuto de fundação, estabelece, como um de seus objetivos, o seguinte:

promover e articular ações de assistência social, cultural, educação de base e promoção da solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas, em especial crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas em situação de rua e outros que se encontrem em situações de risco, nas áreas rural e urbana, para que vigorem a justiça social, a fraternidade humana e a caridade cristã. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2011)

No Rio de Janeiro, assim como em São Paulo, a Cáritas estabeleceu convênios com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

(ACNUR) e com o Ministério da Justiça, por meio do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), com o objetivo de orientar, apoiar e acolher os solicitantes de refúgio e refugiados que chegam ao Brasil, através de seu Centro de Acolhida a Refugiados.

Do ponto de vista jurídico, a condição de refugiado é prevista pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1951. Sendo assim, nos termos da legislação brasileira (Lei 9.474/1997), que define mecanismos para a implementação desse Estatuto da ONU, reconhece-se, em seu Artigo 1º, como refugiado todo indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

Como se observa, trata-se de grupo social com necessidades muito bem definidas nos documentos oficiais e bastante distintas daquelas genéricas comumente associadas à condição de pessoas estrangeiras no Brasil, seja como turista, seja como residente.

Sendo assim, com o intuito de desenvolver suporte teórico como atendimento à solicitação que nos chegou e de promover esta discussão no meio acadêmico, criamos o projeto de extensão “Português para refugiados”, inscrito no Departamento de Extensão (DEPEXT), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo coordenado por uma equipe multidisciplinar, constituída por professores da referida instituição, pedagogos e licenciados

em língua portuguesa com atuação específica em contextos de produção de material didático para português como língua não materna.

2 As especificidades do PR

Os estudos em Língua Portuguesa como PLE (português como língua estrangeira) ganharam bastante visibilidade no cenário internacional dos últimos anos, principalmente motivados pela condição e posição favorável do Brasil no contexto mundial e do legado, sempre atuante, da globalização. Sendo assim, surgiu a necessidade de se discutir essa área em ambientes acadêmicos e de formação de professores, com o intuito de formar profissionais preparados para atuar na área, que não está diretamente relacionada à área de PLM (português como língua materna).

Tendo em vista essa necessidade de se atender aos estrangeiros chegados ao Brasil, em sua maioria turistas e residentes a trabalho, a área de PLE foi crescendo gradativamente por meio do desenvolvimento e solidificação de uma linha de atuação e pesquisa em PLE nos anos noventa, nas universidades federais. Em meio a esse cenário de desenvolvimento de práticas e reflexões, a área recebeu institucionalização maior com a criação, em 1994, pelo MEC, do exame de Proficiência em Português (CELPE-Bras), que se estabelece como “único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente”² (MEC, 2014).

Assim como as iniciativas em torno da criação da área de PLE foram importantes para a oficialização dessa linha de pesquisa e impulsionadas pela crescente demanda, observa-se que a área de português para refu-

giados (PR) caminha atualmente nessa direção e necessita de esforços diretos para que seja reconhecida e, principalmente, para que seja estabelecido um meio de institucionalização de suas práticas.

Em alguns países lusófonos, essa iniciativa já pode ser encontrada com o apoio de organizações não governamentais, como é o caso do CPR (Conselho de Português para Refugiados)³. No Brasil, as iniciativas nesse sentido são ainda extremamente escassas e partem, em sua maioria, de organizações não governamentais, como a Cáritas-RJ, Cáritas-SP, SESC-SP, SENAC-SP, ADUS-SP (Instituto de Reintegração do Refugiado). Em muitos casos, os cursos de português ministrados nessas instituições enfrentam várias dificuldades e obstáculos em sua constituição e manutenção, apresentando evasão grande de alunos. Tais aspectos podem estar motivados, principalmente pela estrutura do curso e dos materiais didáticos utilizados, que atende pouco às demandas e objetivos dos alunos.

Antes de iniciarmos o trabalho de extensão na Cáritas-RJ, realizamos intervenções observadoras-participantes no contexto em que se encontram os aprendizes refugiados. No curso de português ministrado por voluntários na Cáritas-RJ, ouvimos relatos de alunos e professores em diversas reuniões, a fim de buscar mapear o perfil dos alunos do curso e buscar entender que tipo de relação eles procuram estabelecer com a língua portuguesa e com que finalidade necessitam passar por esse processo de aprendizagem.

Nesse contexto, observamos que os professores praticavam um ensino prescritivo da língua portuguesa, baseado em uma progressão gramatical linear sugerida pelo livro didático que fora adotado. Nas falas dos professores voluntários, bem como no relato de alguns alunos, observou-se a necessidade expressa que os aprendizes apresentaram em querer se

² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12270&ativo=519&Itemid=518>. Acesso em 18 de dezembro de 2014.

³ Maiores informações disponíveis em: <<http://www.cpr.pt/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

comunicar para resolver questões cotidianas, tais como: fazer compras, pegar ônibus ou preencher um formulário. Ademais, os alunos pareciam estabelecer um vínculo mais profícuo com os professores que lhes davam voz, que se mostravam interessados em conhecer seus hábitos de vida, suas motivações para a saída do país de origem, suas relações e estranhamentos com os hábitos brasileiros, dentre outros.

A partir do levantamento de dados realizado em muitos encontros, concluímos que o curso deveria ser orientado por uma estrutura diferente daquela muitas vezes adotada em cursos de PLE, que se pautam no desenvolvimento das quatro habilidades (ler, falar, escrever, ouvir) dentro de uma progressão gramatical linear e com referência ao uso da variante padrão da língua portuguesa. Muitas vezes é baseada também em aspectos formais do ensino de português, tal como aponta Almeida Filho, como uma tendência forte, ao longo da história, de: “promover o ‘estudo’ formal de aspectos sistêmicos da língua-alvo vestidos com roupagem situacional em diálogos e reconhecíveis em pequenos textos” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 66).

O preenchimento da disciplina Língua (portuguesa ou estrangeira e, por extensão, o PLE) com gramática como sua matéria por excelência está vivo e endêmico ainda hoje, embora com menor confiança pedagógica, no ensino regular fundamental e médio das escolas do país. (ALMEIDA FILHO, 2007a, p. 39-40)

Observa-se, nesse sentido, a necessidade de se estabelecer um diálogo entre a perspectiva pragmática e a análise do discurso para o desenvolvimento de reflexões e produção de conhecimento no âmbito do PR, funcionando não só como parâmetros para a produção de material didático, mas também, e principalmente, para serem incorporados à prática docente de forma ativa, reflexiva e responsiva.

3 Fronteiras entre análise do discurso e pragmática: convergências possíveis para discussões em torno do PR

No presente item, pretendemos caracterizar minimamente nossa iniciativa de produzir uma reflexão que se pautar por pontos de encontro entre um viés discursivo e uma concepção pragmática de linguagem, para fundamentar, do ponto de vista teórico, a solicitação que nos chegou de atendimento a turmas de PR. Para o que desejamos ressaltar, interessamos menos as informações históricas, as delimitações de percurso⁴, optando por privilegiar os pontos de convergências possíveis.

Cabe uma observação preliminar a respeito do emprego do termo “pragmática”. Mesmo no parágrafo anterior, referimo-nos a uma “concepção pragmática” que orienta nossa busca por pontos de convergência com os estudos do discurso, mas também, por outro lado, mencionamos seus “percursos”, o que já não se refere mais exatamente a uma perspectiva, mas a um campo de conhecimento.

Em seu *Dicionário*, Charaudeau e Maingueneau (2004) já alertavam para um emprego do termo em três acepções distintas: (i) como um componente da linguagem, ao lado do componente semântico e do sintático; (ii) como campo de estudos, a exemplo do que se desenvolve a partir da teoria dos atos de linguagem, de J. Austin; e (iii) como concepção de linguagem, que não nega sua dimensão representacional, mas acentua seu caráter de intervenção sobre o mundo.

Quanto ao caráter disciplinar da pragmática, Charaudeau e Maingueneau (2004) mencionam a posição daqueles que pretendem ver nela uma subdisciplina da linguística⁵, à qual caberia a recusa da ideia de que os

⁴ A respeito dos percursos da pragmática, ver Marcondes (2005), Armengaud (2006), Rajagopalan (2010).

⁵ Essa posição é atribuída a MOESCHLER, J., REBOUL, A. *Dictionnaire encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil, 1994.

sentidos seriam provenientes apenas de um conteúdo linguístico, em favor de sua ancoragem no contexto.

Um dos textos fundadores, a quem se atribui o gesto de delimitar a pragmática como campo específico das questões relativas à linguagem, é de autoria de C. Morris e intitula-se *Foundation of the Theory of Signs*, publicado originalmente em 1938. Lá o autor apontará para além da sintaxe e da semântica, a pragmática que, segundo ele, fundamenta a utilização da semântica, com relativa autonomia da sintaxe (apud ABBAGNANO, 1982, p. 752).

No entanto, o que nos interessa discutir, nos marcos deste artigo, é a contribuição que a adoção de uma concepção pragmática de linguagem, orientada para análise dos fenômenos discursivos, pode oferecer no sentido de contribuir com a explicitação das especificidades da área de português para refugiados. Com isso, podemos sublinhar não apenas uma demanda social para sua emergência, mas igualmente uma necessária renovação teórica, de inspiração discursiva, da área de ensino de português como língua não materna.

Dessa forma, será preciso reconhecer inicialmente a instabilidade das fronteiras entre a pragmática e a análise do discurso, ora tematizada pelo viés das divergências, ora trabalhada pelas iniciativas de conexão e compatibilização, ainda que relativas. Essa diversidade no tratamento da fronteira entre análise do discurso e pragmática se deve a embates conceituais que pretendemos ressaltar a seguir. Justificamos ainda a opção que fazemos por explorar o encontro entre esses campos do saber, por uma dimensão pragmática que já se encontrava em Bakhtin (2011) e que terá ressonâncias, por outras vias, na reflexão filosófica contemporânea, a partir das contribuições de Deleuze e Guattari (2005).

Na tematização das divergências, já muito mencionadas, chegou-se mesmo à seguinte síntese desse embate: “a pragmática é o verdadeiro

Outro da AD”, afirma Possenti (2004, p. 363), sem desprezar os outros embates com os formalismos gramaticais, as semânticas de orientação lógica, os sociologismos da linguagem. Esse tipo de colocação se deve fundamentalmente ao modo como a “disciplina” pragmática demonstra compreender o sujeito – consciente de seus atos pela linguagem, capaz de manobrá-los, de proceder a cálculos interpretativos.

Trata-se de concepção de sujeito que não é possível compatibilizar com o modo como as análises do discurso vêm concebendo essa noção, independente do caminho privilegiado para essa crítica. O que se conclui disso é a impossibilidade de ver entre uma e outra certa relação de mera continuidade, ou seja, a AD não poderia ser vista como uma pragmática ampliada para o texto, “notadamente porque se constrói sobre concepções de linguagem, de sujeito e, sobretudo, de sentido marcadas pelo marxismo e pela psicanálise” (POSSENTI, 1996, p. 73).

Antes de poder ser compreendida como uma solução definitiva para a compreensão dessa fronteira entre campos de estudo, consideramos que a citação acima contribui para ressaltar uma tensão. Aliás, tensão que está na base dos estudos do discurso e sempre tematizada na sua potência de habitar a ultrapassagem das fronteiras disciplinares: “apesar de se filiar desde o início a estudos de caráter linguístico e de se apoiar sobre conceitos e métodos da linguística, a análise do discurso também sempre assumiu sua aliança com outros campos de conhecimento” (RODRIGUES, 2014, p. 67). Ou seja, sua territorialização nos cursos de Letras nunca a impediu de promover desarranjos do disciplinamento dos saberes, dos especialismos aprisionantes, sempre à espera da possibilidade de demarcação de fronteiras.

Numa epistemologia de inspiração foucaultiana, que rejeita a perspectiva segundo a qual os campos do saber se produziram por continuidade e tradição, a relação polêmica é altamente produtiva, instiga alianças, promove deslocamentos. Nesse sentido, não podemos deixar de recuperar

outro modo de compreender essa passagem de fronteiras entre análise do discurso e pragmática. Para Maingueneau (1997), a constituição das tendências recentes em análise do discurso responderia a certa coerência em seus movimentos essenciais, por uma dependência comum relacionada às questões da enunciação e da pragmática. Tal dependência comum seria motivada pela convergência na recusa de uma concepção de linguagem que a veria fundamentalmente como “um simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes” (MAINGUENEAU, 1997, p. 20).

Esse encontro promoveria, segundo o autor, um deslocamento da própria concepção em torno da “comunicação linguística”, abandonando o privilégio na transmissão de informação e assumindo um contorno de ato compartilhado entre os parceiros das trocas verbais:

O fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito, etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura linguística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua. (MAINGUENEAU, 1997, p. 20-21)

Por um lado, investe-se em um viés enunciativo, para o exame das marcas que explicitam a ancoragem de todo enunciado em uma situação de enunciação determinada. Por outro, aposta-se na compreensão de que todo enunciado tem seu sentido delimitado a partir do ato de fala que lhe dá sustentação. Essas duas orientações encontram, portanto, possibilidades produtivas de convergência. Isso porque não parece ser possível desprezar o papel exercido pela Pragmática nos âmbitos dos estudos da linguagem.

Manifestados os interesses de análise linguística para além dos limites da estrutura, o objeto da Linguística é a linguagem como forma de ação. Considerado este aspecto, a Pragmática, fundamentada no estudo da ação humana de modo geral, contribui para deslocar, conforme já o dissemos aqui, as preocupações da Linguística do terreno que tradicionalmente se vinculou à lógica, isto é, observar se uma proposição é verdadeira ou falsa para a ideia de que é importante compreender as condições que permitem que um ato de linguagem seja bem sucedido ou não.

Esta ideia se vincula ao fato de que o que precisa ser estudado são os direitos e obrigações que se assumem a cada ato de linguagem, ou seja, a cumplicidade que vincula um enunciador ao coenunciador. Ao ser proferido, um ato de linguagem constitui uma dinâmica de lugares entre as partes envolvidas. Se ordena algo, por exemplo, o falante coloca seu interlocutor no lugar de alguém que se compromete com aquela ordem.

Com efeito, não se passa antes em revista as condições de proferimento de um ato de linguagem. O próprio fato de enunciar já ocorre na pressuposição de que as referidas condições estão reunidas. Para não as aceitar, o coenunciador precisa reagir. Sendo assim, podemos considerar que a circunstâncias ditas externas relacionam-se também “aos efeitos de sentido e as inferências interpretativas formuladas pelos parceiros do ato de comunicação através de um jogo de relação entre o que é dito e seu saber (conhecimentos, opiniões, crenças, apreciações)” (ARANTES, 2013, p. 38).

Na articulação entre esses referenciais, as tendências recentes em análise do discurso recuperam as advertências a esse respeito já constantes em M. Bakhtin, que considera as formas de interação verbal “muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social” (BAKHTIN, 1992, p. 42).

Vemos assim que Bakhtin vai propondo um dado modo de pensar a articulação entre o linguístico e o social, entendendo-os como dimensões distintas, sem percebê-las como autônomas entre si. As “formas da interação verbal” e as “condições de uma situação social” articulam-se em uma dinâmica de coprodução de sentidos.

O que se desautoriza com esse tipo de reflexão é a concepção segundo a qual haveria um plano estritamente linguístico prévio ao qual se juntariam as condições pragmáticas de realização de um enunciado. O que se recusa então é justamente a perspectiva que costuma orientar metodologias de ensino de línguas supostamente comunicacionais, como discutimos anteriormente. Ao utilizar diálogos artificiais, acredita-se que o mais relevante é a assimilação de certa estrutura gramatical, em detrimento das coerções dos contextos concretos de uso da língua.

Trata-se de considerar, por outro lado, que a linguagem se institui por atos, que organizam a materialidade verbal e orientam sua compreensão. Devemos aqui lembrar que, para Bakhtin (2011), a própria compreensão nunca pode se configurar como mera recepção de sinais linguísticos, mas antes atitude responsiva ativa. Compreender um enunciado pressupõe ação: “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (BAKHTIN, 2011, p. 271).

No entanto, uma ressalva relevante que se fará acerca da qualidade dos atos que se realizam pela linguagem na perspectiva de quem os analisa por um viés discursivo residirá em propor que os falantes não lidam com sequências isoladas de atos de fala, mas com uma espécie de macroato que agenciaria as diferentes marcas linguísticas presentes nos textos.

Antes de passar a essa reflexão sobre os macroatos de linguagem, parece-nos adequado indicar uma tentativa de síntese, ainda que se saiba inconclusiva, da articulação entre a perspectiva discursiva e uma concepção

de linguagem. O efeito dessa relação a respeito da noção de texto pode ser compreendido do seguinte modo:

Um texto se institui, configurando fronteiras instáveis, já que, de um lado, se apresenta como materialidade circunscrita a limites visíveis, por outro, remete incessantemente a outros textos, atribuindo lugares distintos para as vozes as quais agencia. Todo texto supõe um ato ao qual remete, instituindo as coerções necessárias à sua compreensão. (DEUSDARÁ, 2013, p. 356)

Essa ampliação do ato de fala como uma dimensão sócio-histórica que atravessa os enunciados é preocupação que se desdobra também na noção de “gêneros do discurso”, elemento importante integrado a uma dada concepção pragmática de linguagem. Trata-se de considerar que, de uma orientação discursiva para o estudo das trocas verbais, não é possível se restringir a sequências isoladas de atos de fala. Nesses termos, Maingueneau postulou o seguinte desafio para uma “pragmática textual”, que seria, segundo ele, “confrontada com sequências mais ou menos longas de atos de linguagem que permitem estabelecer num nível superior um valor ilocutório global, o dos *macroatos de linguagem*” (MAINGUENEAU, 1996, p. 14).

Os macroatos de linguagem correspondem, na tradição bakhtiniana, aos gêneros do discurso. Assim, é preciso dizer que os enunciados não existem de forma isolada em uma situação de uso, o texto é a unidade da interação verbal. Por isso, os gêneros discursivos encontram-se em uma ordem superior ao valor ilocutório de enunciado, propondo certo rearranjo, ou ainda uma sobredeterminação do sentido, dependendo do gênero em que estiverem inseridos. Dessa forma, “a partir do momento em que identificou a que gênero pertence um texto, o receptor é capaz de interpretá-lo e comportar-se de modo adequado a seu respeito” (MAINGUENEAU, 1996, p. 15-16).

Considerando o debate relativo aos gêneros do discurso, tal noção nos permite pensar na linguagem como força que se singulariza em situações

de enunciação. Tal perspectiva contribui para pôr em xeque, de uma vez por todas, a cisão entre o linguístico e o social, já que a preocupação com os gêneros, nas reflexões de Bakhtin emerge da relação entre as “manifestações verbais” e as manifestações de natureza semiótica, mímica, gestual etc.

Um modo de conceber os efeitos da articulação proposta entre pragmática e discurso na concepção de linguagem parece-nos bastante interessante na formulação a seguir:

Seria, talvez, preferível assumir que a linguagem tem, sim, algum poder de representação, mas o mundo já não coincidiria exatamente com a representação desse mundo por intermédio da linguagem, uma vez que, ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no ‘mundo ao vivo’ (ROCHA, 2014, p. 624).

Desse modo, os estudos do discurso viabilizariam um certo modo de analisar pontos nodais nessa complexa rede que atravessa as práticas de linguagem na constituição do social.

4 “Não vai ter copa”: um ensaio analítico na interface pragmática e discurso

Neste item, propomos um ensaio analítico, no qual operamos com a concepção de linguagem assumida neste artigo, que provém da articulação teórica entre pragmática e análise do discurso. Este ensaio parte de uma temática recente, qual seja, a discussão em torno da relevância da realização dos jogos do torneio internacional promovido pela FIFA (a “Fédération Internationale de Football Association”) – a Copa do Mundo de futebol. Assim, em vez de apresentar “personalidades” midiáticas ou costumes e

festas que recorrentemente contribuem apenas para reforçar estereótipos e preconceitos, sugerimos um trabalho com um tema relevante, atual e polêmico, que permite suscitar opiniões diversas, autoriza a fala dos alunos, sem pressupor o compartilhamento de símbolos de uma memória nacional, inacessível a um estrangeiro. Essa pressuposição, se insistente e descuidada, pode produzir efeitos de violência simbólica em relação àqueles que reivindicam sua inscrição social e cultural em referências que se delimitariam constantemente com seu outro, desconhecido, não compartilhado, inacessível.

A opção pela referida temática deve-se ao fato de os movimentos que estiveram engajados em seus questionamentos associarem a realização do torneio de futebol no Brasil à subtração de direitos básicos, como o acesso a serviços de educação e saúde de qualidade. Essa temática esteve fortemente divulgada nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, além de ter sido igualmente tematizada em manifestações populares de rua. Desse modo, o tema escolhido viabiliza debates relativos à participação popular e à democracia, ao exercício pleno dos direitos sociais previstos na legislação brasileira, à preferência por modalidades esportivas, entre outros.

Uma vez definida a temática, o próximo passo reside em selecionar a materialidade linguística a ser levada para a sala de aula, como motivação para o debate e suporte para análise e reflexão linguística. Nessa etapa, selecionamos enunciados que circularam em contextos concretos de enunciação, evitando assim os diálogos simulados, as trocas verbais apenas “encenadas”, tão recorrentes em manuais que se supõem inspirar na vertente “comunicativa” do ensino de língua não materna.

Por fim, a marca linguística da negação parece ser fenômeno bastante produtivo e igualmente recorrente no cotidiano daqueles que vivem no Brasil na condição de refugiados. A negação tem sido explorada como marca da heterogeneidade linguística, fazendo ver as diferentes “vozes” subjacentes a um texto. Por se tratar de textos curtos, esse material viabilizou também a seleção

de cartazes em que ocorrem paráfrases de um “mesmo” enunciado. Desse modo, esses diferentes elementos da materialidade linguística também permitem explorar pistas para recuperar nos textos os posicionamentos em embate.

Considerando os critérios estabelecidos anteriormente, realizamos uma busca na página eletrônica “google.com.br”, na aba “imagens”, elegendo como descritor da busca o enunciado que se tornou emblemático dos movimentos de contestação da Copa do Mundo da FIFA: “não vai ter copa”. Entre as diversas fotos e cartazes que foram apresentados como resultado da busca, optamos por selecionar dois cartazes, que apresentaram os maiores índices de ocorrência, considerando a pertinência de explorar esses textos, observando aspectos verbais e não verbais.

Observando o que há de comum entre os dois cartazes, um traço saliente reside no seu modo de apresentação gráfica, que simula terem sido produzidos por uma técnica de serigrafia⁶, utilizada, entre outros fins, na produção artesanal de cartazes e camisetas vistas nas manifestações. Esse efeito de representação artesanal é reforçado tanto pelo tipo de fonte utilizado, como pelo modo estilizado com que é posta em cena a logomarca oficial da taça conferida à seleção ganhadora do torneio, em cuja base se apresentam gotejamentos, traço comum no processo de serigrafia. Nos dois cartazes, repete-se o enunciado “não vai ter copa”, inscrevendo-os como enunciação que remete aos movimentos de contestação.

O primeiro deles é constituído de três enunciados, dois em português e um em inglês. O enunciado em inglês “FIFA go home” é apresentado no interior de um retângulo, sugerindo tratar-se de um carimbo, uma espécie de marca registrada das manifestações. A presença da língua inglesa em um cartaz em português parece sugerir um duplo movimento: de um lado, ampliação do público leitor, utilizando-se de uma língua tida como franca; de

⁶ Processo de impressão artesanal no qual a tinta é vazada, por um puxador ou rodo, em uma tela preparada.

outro, o desejo de que seja recebido diretamente pela autoridade estrangeira responsável pela promoção do torneio de futebol (a FIFA), cuja sigla é explicitada também.

Figura 1 – Cartaz com referência genérica aos direitos



Fonte: <barcelona.indymedia.org>.

Já nos enunciados em português, uma das marcas mais salientes é a repetição da negação, em dois contextos distintos: um interrogativo e outro exclamativo. Uma entrada interessante para o debate com as turmas pode orientar-se por perceber que, mesmo o interrogativo precedendo o exclamativo, não é possível atribuir a cada um desses enunciados enunciadoreis distintos. Ao contrário, são falas de um mesmo enunciadoreis. Tal evidência é aqui argumento favorável à posição segundo a qual uma dimensão pragmática dos enunciados é que organiza a leitura e compreensão

da materialidade linguística e não o inverso, como o supõem as perspectivas prescritivistas.

Ao demonstrar que se trata de dois enunciados atribuídos ao mesmo enunciador, é preciso considerar que o primeiro deles não representa uma pergunta a ser respondida pelo outro, mas uma espécie de “pergunta retórica”, ou seja, a encenação de uma interrogação para fazer passar uma informação. Nesse contexto, o segundo enunciado funcionaria então como uma estrutura conclusiva. Para ilustrar o que se diz, o professor pode propor reformulações, unindo os dois enunciados com conectores que explicitem a leitura que está sendo sustentada aqui.

Para se apreender o “tom” do texto, que compreenderia um caráter e uma corporalidade (MAINGUENEAU, 2005), é preciso observar que se trata de dois enunciados curtos, em estruturas parafrásticas, em que se repetem a marca de negação e o emprego coloquial do verbo “ter”, alterando-se apenas o tempo verbal – no presente “tem” e no futuro “vai ter”.

Considerando que, de acordo com Ducrot, haveria uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos⁷ – “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação” (DUCROT, 1987, p. 202), vejamos a polêmica instaurada pelo enunciado:

Enunciado 1: “não tem direitos [para todos]?”
Afirmativa implícita: tem direitos [para todos]

Nesse primeiro exemplo, observa-se um fenômeno interessante, ambos os enunciadores compartilham de um mesmo pressuposto: “deveria haver direitos [para todos]”. Perceba-se que é possível reformular E1: *não tem direitos, mas deveria ter*. Essa reformulação põe em cena exatamente o fato de que tanto o enunciado negativo, quanto o afirmativo implícito compartilham

⁷ Em sua análise do fenômeno da negação, o autor propõe distinguir três tipos: a negação metalinguística, a polêmica e a descritiva. Segundo o autor, “esta negação ‘polêmica’ tem sempre um efeito rebaixador e mantém os pressupostos” (DUCROT, 1987, p. 204).

do mesmo pressuposto. A divergência residiria numa espécie de constatação de se há ou não os direitos esperados.

Semelhante leitura não poderá ocorrer no exemplo que segue abaixo:

Enunciado 2: “não vai ter copa!”
Afirmativa implícita: vai ter copa

Nesse caso, não é possível reformular, dizendo “não vai ter copa, mas deveria ter”. Ao contrário, uma reformulação seria “não vai ter copa, nem deveria ter”, ou ainda, assimilando a estrutura proposta por Ducrot: “não vai ter copa, ao contrário, vai ter luta por direitos”. A divergência aqui explicita uma contradição: ou se realiza a copa, ou se efetivam direitos.

Passemos ao segundo cartaz. A diferença em relação aos enunciados da Figura 1 residiria na transformação de uma interrogativa em uma subordinada condicional.

Figura 2 – Cartaz com referência específica ao hospital



Fonte: <<http://querodarminhaopiniao2000.blogspot.com.br/2014/03/quem-grita-nao-vai-ter-copa.html>>.

Observa-se que o cartaz faz uma paráfrase da estrutura discursiva anteriormente apresentada, que se constitui em uma relação lógica do tipo: se *p*, logo *q*. *A priori*, a relação lógica do que se quer implicar não pode ser entendida se o contexto em que ela foi inserida não for reconhecido pelos interlocutores, já que a complementação de um enunciado do tipo “se não tem hospital, (logo)...” seria convencionalmente elaborada por enunciados construídos que recuperassem o campo semântico relativo aos semas conativos (POTTIER, 1974) estabelecidos a partir da lexia “hospital”, tais como: doença, doentes, pacientes, médicos, enfermeiros ou à semas aplicativos, definidos por sua função (*Ibidem*): atendimento a pacientes, internações, realização de exames. Dessa forma, o recurso clássico ao campo semântico parece, na verdade, ser pista para uma delimitação de posicionamentos discursivos em embate.

Se considerarmos que tal significação “convencional” das palavras utilizadas determinará o que é implicado, podemos supor que serão produzidos encadeamentos do tipo: “se não tem hospital, não tem atendimento aos doentes”, “se não tem hospital, não tem médico”, dentre outras várias possibilidades. Dificilmente encontraremos, salvo o contexto, encadeamento do tipo: “se não tem hospital, não tem maçã”, pois as lexis ‘hospital’ e ‘maçã’ não estão diretamente relacionadas ou implicadas, a não ser que, dentro de um contexto específico, que orienta e desloca os posicionamentos discursivos, em determinado hospital seja adotada a prática de distribuir maçãs e, portanto, “se não tem hospital”, (logo) os pacientes não receberiam maçãs, dentre outras possibilidades interpretativas, dependentes diretamente do contexto. O que se observa é que, nos textos, se leem hábitos estabelecidos, práticas em emergência, atos a serem instituídos.

Observe-se, portanto, que, para ler o material, é preciso supor um tipo de implicatura não convencional, mas conectada com certos traços gerais do

discurso (princípio da cooperação, máxima da qualidade, da quantidade, da relevância, dentre outras), as implicaturas conversacionais que dependem, segundo Grice (1982), dentre outros aspectos, de esforços cooperativos dos interlocutores, nas quais cada participante reconhece, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita.

Sendo assim, nos termos da articulação que vimos propondo neste artigo, as implicações conversacionais estabelecidas pelo enunciado presente na figura acima “se não tem hospital, não tem copa!” estão diretamente implicadas no contexto em que a comunidade de enunciadores estava inserida e recupera a memória discursiva que se estabeleceu em torno dos protestos contra a copa do mundo no Brasil, em que se discutiu, em fóruns comunitários, coletivos, midiáticos e interativos, o descontentamento da população com relação aos altos investimentos de recursos públicos em obras para a copa do mundo de futebol enquanto demais setores da saúde pública, educação, mobilidade não receberam investimentos equivalentes.

Neste contexto, questionou-se a pertinência dos investimentos financeiros em obras que não contemplariam as necessidades urgentes da população brasileira. Levando-se tal contexto sócio-discursivo em consideração, é possível estabelecer que o sintagma condicional “se não tem hospital”, levantaria o seguinte pressuposto: não há investimentos públicos com saúde, e o sintagma “não tem copa” assume o pressuposto de que seria incongruente que houvesse investimentos para a copa do mundo se não há investimento em saúde. Observa-se que o pressuposto assumido promove um debate que tematiza e estabelece prioridades com relação ao investimento de financiamento público, debate este que somente poderia ser deduzido se os interlocutores participam e dividem o mesmo contexto.

Se uma pessoa (nestes termos o enunciado), ao (por, quando) dizer (ou fazer como se tivesse dito) que *p* (não tem hospital), implicou *q* (não tem copa), pode-se dizer que ela implicou conversacionalmente *q* desde que:

(1) pode-se presumir que ela esteja obedecendo às máximas conversacionais ou pelo menos ao Princípio de Cooperação; (2) a suposição de que ela esteja consciente de que (ou pense que) *q* é necessária para tornar o seu dizer *p* ou fazer como se dissesse *p* (ou fazê-lo *naqueles* termos) consistente com a presunção acima; e (3) o falante pensa (e espera que o ouvinte pense que ele pensa) que faz parte da competência do ouvinte deduzir, ou compreender intuitivamente, que a suposição mencionada em (2) é necessária. (GRICE, 1982, p. 92)

Eis aqui uma marca do deslocamento de uma reflexão do território da pragmática para a articulação proposta por este artigo: a compreensão não suporia apenas, ou fundamentalmente, um reconhecimento consciente do falante das condições lógicas descritas nos termos de Grice, mas sua inscrição, sempre parcial e em processo de se realizar, em uma comunidade discursiva. Por conseguinte, observa-se que o próprio ato de compreensão é igualmente um ato de inscrição em uma determinada comunidade discursiva, pois os interlocutores estão inseridos e se inserem nesse contexto a partir também e, principalmente, de suas compreensões responsivas ativas. O que se configura aqui, portanto, como efeito da inscrição dos enunciadores nessa comunidade de produção/circulação de textos, não é uma mera relação lógica entre as partes do enunciado, mas a evidência de um posicionamento discursivo de contestação.

Desse modo, faz-se importante o trabalho com esse tipo de texto em contextos em que os aprendizes de português como língua não materna não participam ou participam pouco desta interação, o que acaba por lhes excluir dessa produção compreensiva nos termos ora definidos.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, salientamos a importância de fomentar discussões em torno da formação de professores e do ensino de português para refugiados (PR), visto que as finalidades, as demandas e o contexto dos refugiados são bastante divergentes da situação dos estrangeiros e daqueles que buscam aprender o português com vistas a alcançar determinado nível de proficiência na referida língua.

Observamos que os paradigmas comumente estabelecidos para se trabalhar uma língua não materna em sala de aula parecem não estar em consonância com as necessidades e demandas dos refugiados, desde o ambiente de sala de aula ao material didático utilizado. Nesse contexto, aulas em ambientes autênticos de comunicação real e interativa com os falantes de português como língua materna, tais como estações de metrô, feiras livres, bancos, praças e comércios locais, seriam ambientes físicos mais apropriados para a imersão e acolhimento desses alunos. Ademais, materiais didáticos que privilegiem as quatro habilidades, o domínio da variante padrão da língua portuguesa e o ensino prescritivo da língua não nos parecem adequados à situação e à finalidade de ensino de língua portuguesa para esse público, cuja inscrição em nossa comunidade linguística e cultural realiza-se por um vínculo tenso, que motivou o refúgio.

Neste cenário, a pragmática e a análise do discurso ofereceram pertinente suporte teórico para as discussões acerca dos sentidos implícitos, pressupostos, subentendidos, implicaturas e polifonia (GRICE, 1982; DUCROT, 1987; POSSENTI, 2004), atitudes responsivas, dialogismo (BAKHTIN, 2011). Tal aporte teórico mostrou-se bastante produtivo nas análises de dois materiais linguístico-discursivos escolhidos como objetos neste artigo: dois cartazes sobre o movimento “não vai ter copa!”, que contemplaram a discussão sobre os sentidos implícitos e pres-

supostos e sua inserção e compreensão aplicadas às práticas discursivas.

Ao evidenciar que a negação polêmica (DUCROT, 1987) dá a possibilidade de apreender vozes em embate, chamar a atenção para esse fenômeno da materialidade linguística pode promover a curiosidade no acesso aos valores subjacentes aos textos. A nosso ver, o trabalho com os implícitos oferece recurso mais interessante para as atividades em sala de aula, orienta os debates e, assim, contribui para autorizar as intervenções dos estudantes, suas colocações nas atividades de compreensão de texto.

É a apresentação do próprio ponto de vista a partir da recusa de um 'outro' com o qual mantém relação polêmica. Para tanto, tal apresentação desse 'outro' no discurso pode (e deveria) ser levada para o contexto de ensino de português para refugiados, pois os materiais didatizados para sua aplicação direta no ensino de PLE, geralmente não estão direcionados à discussão de contextos e memórias discursivas dos acontecimentos midiáticos e atuais que envolvem os atores nos cenários sociais e políticos. Dessa forma, o trabalho com materiais e suportes semelhantes àqueles aqui analisados contribui, a nosso ver, para o fomento ao acolhimento na sociedade em que os refugiados se veem inseridos, muitas vezes não por escolha, mas por imposição.

Finalmente, trazemos essa discussão ao ambiente acadêmico como resposta a uma demanda concreta, emergente e que necessita de maior espaço e atenção, uma vez que a condição política em que os refugiados se encontram não os coloca em planejamentos de políticas públicas, principalmente porque não possuem o direito ao voto. Sendo assim, respondemos a essa demanda como parte de nossas atribuições como servidores de instituições públicas de ensino, engajados com as questões das desigualdades sócio-educacionais e, sobretudo, na condição de pesquisadores e professores do ensino superior e da pós-graduação, comprometidos com a formação de

profissionais do ensino e pesquisadores nos ambientes de ensino em todos os níveis de atuação.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad., coord. e rev. por Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALMEIDA FILHO, José C. P. de. *Linguística aplicada – ensino de línguas e comunicação*. 2. ed. Campinas: Pontes; Arte Língua, 2007.
- ALMEIDA FILHO, José C. P. de. Índices nacionais de desenvolvimento do ensino de português língua estrangeira. In: ALMEIDA FILHO, José C. P. de; CUNHA, Maria Jandyra C. *Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas*. Brasília; Campinas: Ed. da UnB; Pontes, 2007a. p. 39-55.
- ALMEIDA FILHO, José C. P. de. *Fundamentos de Abordagem e Formação no Ensino de PLE e de outras Línguas*. Campinas: Pontes, 2011.
- ARANTES, Poliana C. C. *O jornal popular brasileiro e o Boulevardzeitung alemão: análise do discurso jornalístico em produção e em recepção*. 2013. 243f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- ARMENGAUD, Françoise. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.474, 22 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.html>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- CÁRITAS BRASILEIRA. *Estatuto da Cáritas Brasileira*. Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Rio de Janeiro/Rj, sob o nº 15.611, Livro A' nº 7, em 05/08/1966.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CUNHA, M. Jandyra C. O Português para Falantes de Outras Línguas: redefinindo tipos e conceitos. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P. de; CUNHA, M. J. C. *Projetos Iniciais em Português para Falantes de Outras Línguas*. Brasília; Campinas: Ed. da UnB; Pontes, 2007.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti; SANTOS, Percília. *Tópicos em português língua estrangeira*. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

DEUSDARÁ, Bruno. Pragmática e discurso: a noção de texto em questão. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 340-357, jul./dez. 2013.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rev. técnica da trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Vol. IV. Campinas, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador". In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, Anna Cristina; MUSSALIM, Fernanda. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 353-392.

POSSENTI, Sírio. Pragmática na análise do discurso. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 1996.

POTTIER, Bernard. *Linguistique générale. Théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140310-4513>

ROCHA, Décio. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer “não”. *DELTA*, São Paulo, v. 14, n. 1, fev. 1998.

RODRIGUES, Isabel Cristina. *O trabalho parlamentar e a ação pela linguagem: uma abordagem discursiva de discussões em plenário sobre reserva de vagas em universidade pública*. 2014. 262 fls. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Recebido em 20 dezembro de 2014.

Aceito em 07 de abril de 2015.